

ENTRE O DESEJÁVEL
E O POSSÍVEL
PAULO-EDGARD RESENDE
DISCUTE A PUC-SP

CONTRATOS PRIVILEGIADOS

Reitoria deve se pronunciar nos Conselhos

A denúncia feita pelas diretorias da APROPUC e da AFAPUC repercutiu fortemente na comunidade durante a semana passada. As entidades mostraram que o setor de pós-graduação vem trabalhando com contratos de professores além dos limites estipulados. Segundo o texto assinado pela diretoria da APROPUC, existem

contratos no pós-graduação, baseados na pré-matrícula e não no número efetivo de alunos matriculados, que estão em desacordo com as normas vigentes na universidade.

Não foram poucos os professores que procuraram o *PUCviva* indignados com a situação de privilégio descrita nas páginas de nossa edição anterior.

Procurada por nossa reportagem, a vice-reitora acadêmica Bader Sawaia informou que só dará explicações nos conselhos superiores, após estudar detalhadamente a situação. A presidente

da Comissão Geral de Pós-Graduação (CGPG), Anna Maria Marques Cintra, não respondeu nossos chamados até o fechamento desta edição. Nesta quarta-feira, 30/4, o Conselho Universitário (Consun) reúne-se em sessão ordinária.

Privilégios

Alguns professores também procuraram nossa redação para informar que nem todos os docentes da pós-graduação têm contratos privilegiados. Pelo contrário: boa parte deles

enfrenta os mesmos efeitos da maximização que solapam os contratos da graduação.

O professor do Departamento de Política Cláudio Gonçalves Couto, que também leciona no pós em Ciências Sociais, enviou carta ao *PUCviva* discutindo a questão. "É fundamental para os destinos da PUC-SP que seja retratada (e denunciada) a

situação absurda vigente em nossa universidade. Existe na PUC-SP um verdadeiro *apartheid* entre graduação e pós-graduação, que relega os professores que atuam apenas (ou predominantemente) na primeira a um regime de trabalho cruel e inviabilizador do bom trabalho intelectual, enquanto os que possuem condição privilegiada na segunda desfrutam de condições nababescas. E o pior: à custa dos que se esfalfam de trabalhar no andar de baixo", assinala o professor (veja íntegra da carta na seção Fala Comunidade).

PUBLICAÇÃO

Nova edição da *Cultura Crítica* debate contos

A APROPUC está lançando a quinta edição da sua revista *Cultura Crítica*. Na publicação, quinze estudiosos dissertam sobre contistas do século passado: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Lima Barreto, Cecília Meireles, Rubem Fonseca, Alcântara Machado, Jorge Amado, João Antônio, Dalton Trevisan, Ignácio Loyola Brandão, Hilda Hilst, José Saramago e Luandino Vieira.

Lançada no ano que marca os 100 anos do nascimento de Guimarães Rosa e da morte



de Machado de Assis, a revista constata a riqueza do conto como gênero literário. De acordo com a publicação, essa narrativa curta, de tensão dramática concentrada, com espaço para variações temáticas e de estilo, foi uma maneira perspicaz de apresentar a nova realidade urbana brasileira, durante todo o século XX.

A revista começa a ser distribuída em breve, gratuitamente, aos professores associados à APROPUC.

Complô contra Raposa do Sol

O problema indígena vem se manifestando em vários países da América Latina – Bolívia, Equador, México etc. No Brasil, embora os colonizadores e seu regime de exploração tenham provocado um genocídio contra os povos indígenas, também comparece como motivo de acirrado conflito.

Nossa particularidade está em que etnias restantes – com uma população de cerca de setecentos mil – se confrontam com a expansão da exploração capitalista no território amazônico. E está também na coincidência dessa expansão com outros dois aspectos interligados: a gigantesca potencialidade econômica da região e o desastre ambiental que trará a expansão.

É nesse quadro que o governo Lula decidiu, enfim, desalojar grileiros da reserva indígena Raposa do Sol (Roraima), cuja homologação ocorreu em abril de 2005. Assim, cumpriria a decisão de 3 anos atrás e daria satisfação à campanha internacional de crítica ao desmatamento da Amazônia.

A Polícia Federal (PF) montou a Operação Upatakon 3, mas os fazendeiros organizaram uma resistência armada. Usaram um contingente indígena para criar evidência de divisão. Arregimentaram alguns deles para simular um ataque a bomba à sede da PF. Obtiveram da imprensa apoio à campanha contrária ao desalojamento.

O governador de Roraima entrou com uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para que suspendesse a Operação. O Juiz deu causa favorável à liminar.

No Rio de Janeiro, o Clube Militar promoveu uma palestra com o general Augusto Heleno, cujo título era “Brasil, ameaça a sua soberania”. O comandante militar da Amazônia condenou a demarcação e defendeu os grileiros, que, com suas grandes plantações e outras explorações econômicas, detêm cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado.

A grande imprensa acionou os advogados da causa dos grileiros e de pretensa defesa da soberania. Todos procuraram ecoar as posições do general Heleno, que representa as de toda cúpula militar. Aldo Rebelo (PCdoB) escreveu “A Nação é uma só”, para condenar noções como “povos indígenas” e “autodeterminação indígena”. Conclui que a “demarcação contínua da reserva Raposa do Sol foi um erro político”. O ex-esquerdista lambertista, Demétrio Magnoli, intitulou seu artigo “Roraima é aqui”, igualmente para questionar a existência de “nações indígenas”.

Seria enfadonho listar mais comentários em defesa da Nação, da soberania e em favor dos latifundiários grileiros. Ficou evidente para os tais nacionalistas que soberania coincide com propriedade latifundiária dos fazendeiros.

Resta ainda dizer que o presidente do PDT, que é da base aliada do governo, se juntou ao coro dos grileiros e que a oposição (PSDB e DEM) seguiu a mesma linha.

Armou-se uma frente ampla entre fazendeiros, governador, militares, oposição, governistas, justiça e imprensa contra a homologação de uma decisão tomada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Lula não concebeu nenhuma demarcação, apenas assinou projeto pronto. A frente ampla do nacionalismo pró-grileiros se valeu do STF, que breçou a operação de despejo e mostrou ao governo a limitação de seus poderes. Mas o mais importante foi o fato do exército não atender à Operação Upatakon 3, negando-se a oferecer transporte ao contingente policial de 500 homens e a apoiá-la como força tática.

Os atos de sabotagem e de resistência comandados pelo arquivileiro Paulo César Quartieiro, também conhecido por corrupção na política de Roraima, foram considerados como legítima defesa e apoiados nos bastidores pelo governador Anchieta Júnior (PSDB). Sintomaticamente, Quartieiro que estava cassado de seu mandato de prefeito, foi reabilitado e retomou o cargo.

Em si mesma, a resistência de Quartieiro não representava nada. Não passava de caricatura de resistência armada. Foram as posições dos generais e do governador de Roraima que inflaram o STF e deram poder ao juiz de não só suspender a Operação Upatakon 3 como também de expressar a posição de que a demarcação continua é um erro e que o melhor – já que nenhum deles se diz contra os índios – seria a demarcação descontinua, no formato de ilhas.

De conjunto, os acontecimentos mostram que houve um complô contra a decisão presidencial de cumprir a homologação do projeto. O governo se viu tolhido por uma decisão legal do STF, que se apoiou na insubordinação das Forças Armadas e na reação pró-grileiros do governador de Roraima.

Onde ficou a prescrição constitucional de que o Presidente da República é o chefe das Forças Armadas? O certo é constar na Constituição que os generais são o chefe do Presidente da República. A ditadura militar de 1964 e vinte anos de governo dos generais mostraram historicamente quem é o poder em última instância no Estado, ou seja, quem garante de fato o poder da burguesia em situação de crise.

Lula sentiu a desmoralização de seu governo, mas relevou e fingiu não ver. Deu “ordem” ao Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para que obtivesse explicação do general Heleno. O insubordinado foi aconselhado a não mais expor “suas” opiniões e Jobim considerou a crise resolvida. Assim, cumpriu-se uma teatralização, para que a imprensa desse a entender que o Presidente é o chefe das Forças Armadas. A formalidade da reunião do Ministro e do comandante do exército com o general Heleno não fez senão mostrar a fraqueza do governo, que foi incapaz de destituir o insubordinado e que teve de legalmente se sujeitar ao complô.

O impasse está instalado, como queriam os grileiros. Nos bastidores, certamente o governo negocia uma saída política. A primeira vitória foi dos grileiros. O que significa um passo para a segunda, caso permaneça a mesma relação de força.

*Erson Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.*

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Atapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br

PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Sub-editor: Leandro Divera

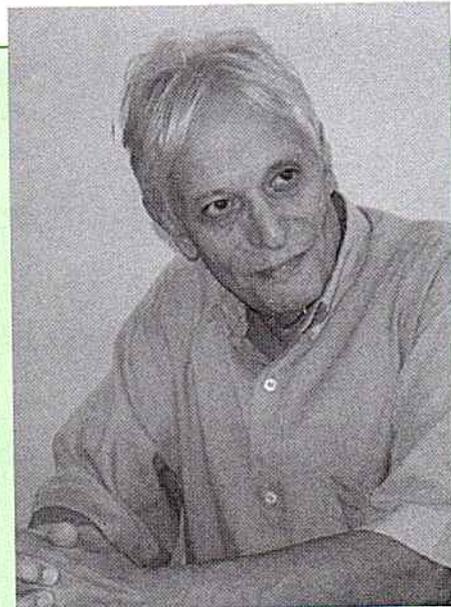
Reportagem: Victor Sousa e Otávio Nagoya

Fotografia: Marcela Rocha e Bruna Campos

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação

“Verbas de representação e pro-labore reclamam transparência”



BRUNA CAMPOS

Paulo-Edgar Almeida Resende ingressou na PUC-SP em 1967. Ajudou a fundar o Departamento de Política, do qual foi chefe por três gestões. Foi também diretor da Faculdade de Ciências Sociais, diretor de Centro e vice-reitor comunitário, na gestão Leila Bárbara. Atualmente, coordena o Núcleo de Análises de Conjuntura Internacional e o Comitê de Ética em Pesquisa. Nesta semana, o texto de Paulo-Edgar dá continuidade aos debates sobre a sucessão na Reitoria.

Como sócio-fundador da APROPUC, chamado a dizer alguma coisa na atual conjuntura de debate sobre indicação de nome para a Reitoria – que não chamo de eleição –, julgo adequado dar pequena contribuição para a desconstrução de retórica que doira a história da PUC-SP, visando à melhor compreensão de seu presente. Perigamos proclamar a problemática tradição democrática da PUC-SP, verbalizada à exaustão:

1. Agendou-se a constituinte anos atrás, com inversão de pauta, como se ela pudesse anteceder a reforma radical da instituição. Sem soberania, as pretensivas propostas foram previsivelmente engavetadas;

2. Se nos valem do recurso comparativo com o que de pior acontece nas Universidades particulares do País, podemos falar de democracia *iuxta modum* na PUC-SP. Temos corredores barulhentos, muito ruído democrático. Mas há rachaduras. Em nossa *ágora* formalizada, os conselhos universitários de vários níveis, quase chegamos a reproduzir o padrão *gaiola-de-ouro*, com maioria quase vitalícia, quase os mesmos, que ciscam cargos, fruto de sucessivas reeleições. As candidaturas únicas nos departamentos, faculdades, centros e coordenação de cursos são recorrentes;

3. A rigor, chamamos de eleição meras indicações de nomes, *ad referendum* de quem de direito. Cabe a nomeação à Sagrada Congregação Romana, pela mediação do Grão Chanceler da PUC-SP.

INTERVENÇÕES

4. Com arroubos democráticos, acusamos de intervenção a Fundação São Paulo, no caso recente de

ajustes orçamentários que, por definição, competem à Mantenedora da Mantida. Há no presente *embroglio* institucional, que está sendo esclarecido tardiamente, para cuja compreensão ajuda quebrarmos silêncio seprucal sobre o desastrado intervencionismo – este sim, de anos atrás, que recaiu sobre a massacrada e injustiçada professora Leila Bárbara, em nome de suposta modernização administrativa.

O interventor Bezinelli – e assim o chamo porque além de Secretário da Fundação, exerceu de fato funções de vice-reitor Administrativo, desconhecendo a titular, a professora Ester – contou com amplo apoio de colegas para direcionar a sucessão na Reitoria. De forma problemática, sabíamos que a figura exemplar da PUC-SP, professor Joel Martins, com saúde debilitada, acabara de sair de internação hospitalar e fora induzido a ser candidato. Com a liberdade de colega e amigo, disse-lhe: a universidade lhe deve muito, mas não lhe podemos exigir tal

sacrifício, diante de uma PUC-SP que saltara, nos dois anos de intervenção-Bezinelli, da dívida de 3 milhões para cerca de 30 milhões, sem reconhecimento dos benefícios sociais e sem construção de sequer um metro quadrado. Joel teve gestão de cerca de apenas um mês, vindo a falecer. Muitos dos que agora criticam a Fundação São Paulo, que tenta retirar a PUC-SP de má administração anterior, participaram de tal processo, legitimando-o. Na gestão posterior à de Leila Bárbara, tiveram cargos garantidos. A dívida, deixada em herança pelo interventor-Bezinelli, chegou ao presente. Inculpar a atual gestão, disto ou daquilo, é forma bastante tardia de preencher omissões anteriores.

5. Chegamos ao presente. Certo de que *lès morts*

O desejável: PUC-SP, universidade pública não-estatal, paixão cunhada pelo idealista e respeitável ex-reitor Luis Eduardo Wanderley.

saisi le vives, ocorre-me glosar *Aristide Briand*, ele falando da política e eu da PUC-SP: conciliar o desejável com o possível. O desejável, a universidade pública não-estatal, paixão cunhada pelo idealista e respeitável ex-reitor Luis Eduardo Wanderley. O possível: PUC-SP, de fato universidade não-estatal, acima da média de universidades particulares do Brasil, elas hoje perdidas em despuadoras disputas mercantilistas. No entanto, em esforço contrário, a PUC-SP, a contragosto, vê o número de bolsas se tornar problemático e elitizar-se.

NOVA GESTÃO

6. Para uma nova Reitoria, o que posso dizer:

a) Julgo importante distinguir de modo o mais claro possível a titularidade de secretaria da Fundação São Paulo da titularidade da Reitoria da PUC-SP. Distinguir para unir, Mantenedora e Mantida. Reitor, nomeado pelo Grão Chanceler. O secretário da Fundação, nomeado pelo Grão Chanceler. O vice-reitor administrativo, cargo de confiança do reitor, e com funções claramente distintas do secretário da Fundação, cuidando da administração diretamente relacionada com o acadêmico, e não com as finanças, função do secretário da Fundação.

b) Distinção da *administração acadêmica* da *administração escolar*. Diminuição de horas contratuais de professores da administração acadêmica, para continuarem a docência e a pesquisa, liberados da administração escolar, de competência de funcionários qualificados, a justificar suas bolsas. Há grande número de professores com horas na administração escolar de modo indevido. Há necessidade de se aprimorar o quadro de carreira dos funcionários.

c) Distinguir *verbas de representação* de *pro labore*. Indevidamente, quem ocupa cargos na PUC-SP recebe verba de representação, fora do esquema de representação. Ao recebê-la, supõe-se que represente externamente a universidade. Todos os que ocupam cargo na PUC-SP já são beneficiados com horas contratuais. Há portanto duplicação de recompensa. É indevido o pagamento de verbas de representação nos moldes atuais, desde as chefias de departamento, sem que arredem os pés do câmpus. Com relação ao pro-labore, há necessidade de igual transparência. Há professor em cargo de funcionário. É desperdício de talento de quem é chamado, prioritariamente, à docência e à pesquisa.

d) Verbas de representação e pro-labore reclamam transparência. Ênfase isto desde que estive na Reitoria: a obrigatoriedade de dossiês de viagens dos que ocupam cargos, com especificação de objetivos e gastos. Já propus escritório permanente em Brasília, como o fazem outras universidades, o que evitaria uma série de viagens, inclusive de quem mal conhece os múltiplos corredores da burocracia federal. A economia seria enorme.

e) Rápida referência ao *redesenho*. Academicamente, passo à frente seria tornar-nos de fato universidade. Por aí diviso a multi e a transdisciplinaridade. No momento, a PUC-SP é coleção de Faculdades e Cursos, que gozam de soberania de fato. Dou exemplo: fizemos reunião, quando na Reitoria, gestão Leila Bárbara, com diretores das Faculdades de Direito, Economia, Comunicação-Filosofia e Ciências Sociais. Visávamos dinamizar o ensino e a pesquisa em Relações Internacionais de modo federalizado. Hoje temos iniciativas atomizadas, desconectadas.

f) Necessidade de verificar compatibilização de contratos de tempo integral, mesmo sem a exigência de dedicação exclusiva, com atividades externas. Há abusos que necessitam ser sanados.

g) Enfim, mas não em último lugar, lamento o fato de colegas, ao ocuparem cargos, desaparecerem de nossos corredores, de nossa convivência, dando a impressão, em não poucas circunstâncias, de que são os últimos a saber o que se passa em nossa rotina acadêmico-comunitária, por fora do face a face, restringindo-se à formalidade dos ofícios, com Vossa Excelência, Vossa Magnificência.

REITORIA E COMUNIDADE

Quanto à relação da Reitoria com a comunidade (eu não usaria o termo comunidade porque nos somos pluralísticos, felizmente, temos diferentes projetos acadêmicos e perspectivas ideológicas variáveis), acredito que os novos gestores deveriam caminhar pelas

O possível: PUC-SP, de fato universidade não-estatal, acima da média das particulares do Brasil, hoje perdidas em despuadoras disputas mercantilistas.

dependências e ter um diálogo com funcionários, alunos e professores, e não segregar-se na Reitoria, com reuniões que na verdade mais distanciam do que aproximam os que participam da vida da universidade. Isso seria o fundamental. Acho que o face a face é muito importante. Na verdade, às vezes, você escolhe um colega e depois fica anos sem vê-lo, porque está escrevendo ofícios, o que é uma pena. Mesmo os que ocupam cargos, mesmo os reitores, diretores de centro, eles não podem abdicar dos seus mandatos da docência e da pesquisa.

Muito do que onera quem ocupa cargo na PUC-SP decorre exatamente do que eu afirmei nesse texto, de que não se atribui aos funcionários o status de funcionários qualificados. A nós caberia apenas a administração acadêmica da PUC-SP, e se assumíssemos isso com uma política de treinamento e de promoção na carreira dos funcionários, acho que poderíamos diminuir as horas contratuais para quem exerce cargos para a administração acadêmica. Se realmente nos vangloriamos de uma relação democrática, devemos manter um diálogo constante. Por aí, valorizaríamos muito os órgãos colegiados, nos quais espero que todos os eventuais grupos da PUC-SP estejam representados.

Sobre os contratos do pós-graduação

Cláudio Gonçalves Couto

Sou um crítico contumaz e constante das posições defendidas pela APROPUC, particularmente aquelas expressas nos editoriais do *PUCviva*. Divirjo fortemente das posições políticas defendidas pelos diretores da APROPUC e da linha editorial que há alguns anos vem seguindo o periódico da associação.

Devo reconhecer, contudo, que desta vez o *PUCviva*, no seu editorial, acertou na mosca – com correção e responsabilidade.

É fundamental para os destinos da PUC-SP que seja retratada (e denunciada) a situação absurda vigente em nossa universidade. Existe na PUC-SP um verdadeiro *apartheid* entre graduação e

pós-graduação, que relega os professores que atuam apenas (ou predominantemente) na primeira a um regime de trabalho cruel e inviabilizador do bom trabalho intelectual, enquanto os que possuem condição privilegiada na segunda desfrutam de condições nababescas. E o pior: à custa dos que se esfalfam de trabalhar no andar de baixo.

O problema começa pela questão do acesso. Alega-se que para ascender à pós-graduação não basta pertencer aos quadros da universidade: é necessário mostrar produção acadêmica relevante. Isto poderia ser meritório, em princípio. Ocorre, porém, que uma vez que se chega ao andar de cima – pelo menos no caso de alguns – os supostos critérios de aferição de produtividade de excelência deixam de ser aplicados. Caso se pertença

ao cerne da oligarquia, tanto pior (ou tanto melhor, dependendo do ponto-de-vista). A tabela comparativa elaborada pelo *PUCviva* deixa isto bem claro.

Infelizmente o ajuste realizado na PUC-SP deixou intocada esta questão, até mesmo agravando-a, pois submete os do andar de baixo a condições academicamente insalubres de trabalho, criando motivos para justificar *a posteriori* a exclusão dos que, por meio do seu trabalho, financiam os privilégios dos nababos, mas não poderiam – por sua produtividade – ingressar na pós. Talvez pudessemos denominar a este tipo de injustiça como “mais valia intelectual”.

Cláudio Gonçalves Couto é professor do Departamento de Política e do pós em Ciências Sociais

Carro-conceito

Daniel Clemente

Em “tempos modernos”, o atraso do pensamento individual é o progresso da artificialidade da modernidade. Numa sociedade globalizada onde o valor-mercadoria é o que define as relações sociais, não é difícil se deparar com pensamentos que nem deveriam ser classificados como uma atividade do “pensar”. A ignorância toma forma de indivíduo e este toma forma de coisa; coisa é a mercadoria que ocupa o lugar do indivíduo e ganha vida no seu valor de mercado.

Há pinturas cercadas por molduras que valem mais do que a própria arte. Nós, a arte, ganhamos valor sendo emoldurados por um belo automóvel, tornando o cotidiano cinzento e escuro com suas cores padrões, mas a juventude continua com sua insistente “rebeldia”, passando com seus motorizados vermelhos. Tão mais insistente é o mercado, que derrama seus produtos a serem consumidos por consumidores que, por sua vez, são consumidos por juros. Possivelmente a função atual do porta-luvas nos automóveis é de carregar as intermináveis folhas destacáveis de um carnê representando o “progresso pessoal” sen-

do obtido, em suaves setenta e duas prestações.

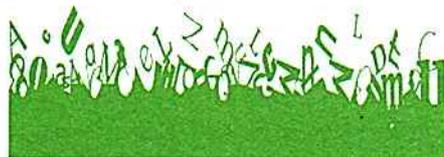
Devagar, quase parando: é nesse ritmo que os especialistas no “trânsito intransitável” de São Paulo agem para que a cidade não se transforme em um “estacionamento compulsório”. A Capital, que insiste no título de “Locomotiva do Brasil”, encontra na punição automotiva a solução para tentar voltar “aos trilhos”. Com os impostos mais caros da Federação, a gana pela arrecadação transforma o caos em lucro; a ausência de política para o transporte público alimenta a iniciativa individual, estimulando a compra de um automóvel a ser utilizado diariamente; o aumento da frota particular é acompanhado pela penalidade; o “rodízio”, estipulado em “horários de pico”, apenas criou a concepção do segundo carro na garagem. Com os financiamentos “a perder de vista”, sem a necessidade de vender o que tem para comprar outro mais novo, rapidamente essa medida se tornou obsoleta, e o rodízio apenas existe na garagem dos proprietários de dois ou mais automóveis.

Agora os especialistas no trânsito (especialistas estes que desde que foram concebidos o trânsito de São Paulo só piorou) já falam em voz alta e como “gênios da garrafa ou do engarrafamen-

to” que a solução está no pedágio urbano. Mais uma medida punitiva que vem graças à ineficácia de órgãos públicos; um custo que será dividido entre os cidadãos urbanos portadores de meios de condução. Nada mais democrático, não é? O caos e o lucro se unem na cabine com cancela.

Um País que buscou sua industrialização no desenvolvimento da indústria automotiva já pode se orgulhar de ter um “trânsito de primeiro mundo”. Para quem enfrenta diariamente os congestionamentos, a situação é de atraso na organização urbana, mas pode ser um sinal de “progresso acelerado” para quem tem vantagens econômicas com a situação e assiste tudo de helicóptero. Na década de setenta, Ivan Illich sustentou que “*quanto maior a velocidade dos automóveis, menos sairiam do lugar*”. Se estivesse vivo, poderíamos nomeá-lo como o “verdadeiro especialista do trânsito”.

Daniel Clemente é funcionário do Setor de Cópias (O Lado B da Desinformação)



Rola na rampa

Reitoria implanta Secretaria de Administração Escolar

A Reitoria oficializou na semana passada a criação da Secretaria de Administração Escolar (SAE) e da Consultoria Técnica de Apoio à Gestão Acadêmica (Consulteg). A SAE, ficará responsável pelas funções de atendimento ao aluno e registro escolar. Com isso, os expedientes acadêmico-administrativos das faculdades terão suas funções muito

reduzidas. Em entrevista ao *PUCviva*, em maio de 2007, os coordenadores do Grupo de Trabalho que elaborou as mudanças garantiram que, em sua origem, elas não teriam como finalidade a demissão de funcionários. Com o esvaziamento das funções das secretarias das faculdades, porém, há hoje novo temor de demissões em meio à categoria.

APROPUC já tem Comissão Eleitoral

Foi composta na semana passada a Comissão Eleitoral que coordenará o processo sucessório da APROPUC para as próximas eleições de diretoria da entidade. Ela é formada pelas professoras Ana Bock e Edna Kahlhale (Psicologia), Leda Maria Rodrigues (Educação) e Sueli Amaral (Serviço Social).

Novas atividades da Stpat

A Cipa preparou uma série de atividades para esta semana: no dia 29/4, haverá sessões de Ginástica Laboral no campus Marquês (14h no auditório CCET e 15h no Prédio da Consolação). A Derdic terá um painel sobre Meio Ambiente, de 28 a 30/4. Durante a semana também serão divulgados textos informativos sobre a hepatite, via Internet, aos professores e funcionários.

Cinco anos de Brasil de Fato



Com o Tuca lotado, o jornal Brasil de Fato comemorou seu quinto ano de atividades. Acima o professor da PUC-SP e um dos criadores do jornal José Arbex Jr. faz seu pronunciamento à platéia do evento; abaixo o deputado Ivan Valente, do Psol.



APG pede fim da proibição de festas

A Associação dos Pós-Graduandos (APG) enviou documento à Reitoria pedindo a revisão ou a revogação do Ato 01/08, assinado pelo vice-reitor comunitário, João Décio Passos. O Ato proíbe a realização de festas estudantis, exposições, comércio e feiras em todas as dependências do campus Monte Alegre. A carta aponta algumas contradições no documento, como a proibição de festas estudantis, deixando livre a realização de festas por outros setores da univer-

sidade, e o fato de a determinação não ter passado pelo Conselho Universitário, perdendo legitimidade. Questiona-se também a presença de bebidas alcoólicas em eventos oficiais. A APG pede que os critérios sejam revistos e que a PUC-SP dê subsídios para a realização de festas. A proibição de exposições, comércios e feiras também é abordada pelo recurso. Os pós-graduandos acreditam que as normas vigentes prejudicam a convivência comunitária.

Serviço Social promove curso de atualização

A Faculdade de Serviço Social convida todos os seus estudantes para o curso "Atualização profissional em Serviço Social". Na semana passada foram realizadas as primeiras sessões que continuam nos dias 9 e

10/5. O curso tem caráter preparatório para concursos públicos e acontece nos auditórios 239 e 333. Informações: 3670-8254. As inscrições custam R\$ 50 e poderão ser feitas no dia da primeira palestra.

Homenagem póstuma à professora Déa Fenelon

A PUC-SP perdeu um grande nome de seu corpo docente: Déa Ribeiro Fenelon, do Departamento de História, faleceu no dia 20/4, em Belo Horizonte, onde ocorreu o funeral. Déa Fenelon lecionou na universidade por 19 anos, a partir de 1984. A missa de sétimo dia aconteceu na Capela da PUC-SP. Nesta segunda-feira, 28/4, às 19h, a professora será homenageada no Tuca.

Operação Condor tem pré-estréia na PUC-SP

A PUC-SP recebe nesta semana a pré-estréia do filme *Condor*, sobre o sombrio período de ditaduras militares na América Latina. A exibição acontece nesta segunda-feira, dia 28/4, às 19h30, no auditório 333. O evento, aberto à comunidade, conta com a participação do diretor do documentário, Roberto Mader. O filme entra no circuito cinematográfico no dia 1º de maio.